

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

**Carta de Conjuntura aplicada para o Brasil e análise
regional de Minas Gerais**

GUILHERME RODRIGUES DE FIGUEIREDO

BELO HORIZONTE – MG
2018

GUILHERME RODRIGUES DE FIGUEIREDO

**CARTA DE CONJUNTURA APLICADA PARA O BRASIL E
ANÁLISE REGIONAL DE MINAS GERAIS**

Trabalho apresentado para obtenção de conceito na disciplina Tópicos Especiais em Relações Econômicas Internacionais: Análise de Conjuntura Econômica, do curso de graduação em Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais

Professor: Fabrício José Missio

BELO HORIZONTE – MG
2018

Sumário

1.	Introdução	1
2.	Análise internacional.....	1
3.	Análise doméstica.....	4
	<i> 3.1 Consumo.....</i>	4
	<i> 3.2 Investimento</i>	7
	<i> 3.3 Gastos Públicos.....</i>	9
4.	Análise regional.....	13
	<i> 4.1 Região Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte</i>	19
	<i> 4.2 Zona da Mata</i>	20
	<i> 4.3 Campo das Vertentes.....</i>	20
	<i> 4.4 Região Sul e Sudoeste</i>	21
	<i> 4.5 Triângulo Mineiro</i>	21
	<i> 4.6 Região Oeste.....</i>	22
	<i> 4.7 Região Noroeste</i>	22
	<i> 4.8 Região Norte.....</i>	23
	<i> 4.9 Vale do Jequitinhonha</i>	24
	<i> 4.10 Vale do Mucuri.....</i>	24
	<i> 4.11 Vale do Rio Doce</i>	25
5.	Conclusão	25

1. Introdução

A presente carta de conjuntura terá como objeto de análise a conjuntura brasileira no período de 2010 a 2018, identificando variáveis e elementos relevantes para a dinâmica econômica do Brasil e buscando analisar o desempenho econômico do país em resposta a tais eventos.

Em alinhamento ao arcabouço teórico econômico, a análise de conjuntura se constituirá levando em consideração aspectos fundamentais do cenário econômico externo e do cenário econômico interno, analisando os indicadores e componentes determinantes para a situação econômica internacional, bem como internamente no que tange ao consumo, investimento e gastos públicos. Será utilizado para tal elementos primordiais, obtidos através das variadas bases de dados de credibilidade para a economia internacional e para a economia brasileira.

Na parte final da Carta, ainda será apresentada uma análise conjuntural regional para o estado de Minas Gerais, apresentando os principais elementos da atividade econômica do estado e seu respectivo desempenho no período.

O Brasil sofre, pelo menos desde o ano de 2013, com uma crise política e institucional grave, combinada a uma situação econômica crítica que responde à essa falta de legitimidade e desconfiança no cenário político do país. Dessa forma, espera-se que o comportamento dos dados das variáveis brasileiras esteja desalinhado da média internacional, ao passo que elementos críticos influenciam diretamente tanto o desempenho econômico, quanto a própria dinâmica de funcionamento da economia doméstica.

2. Análise internacional

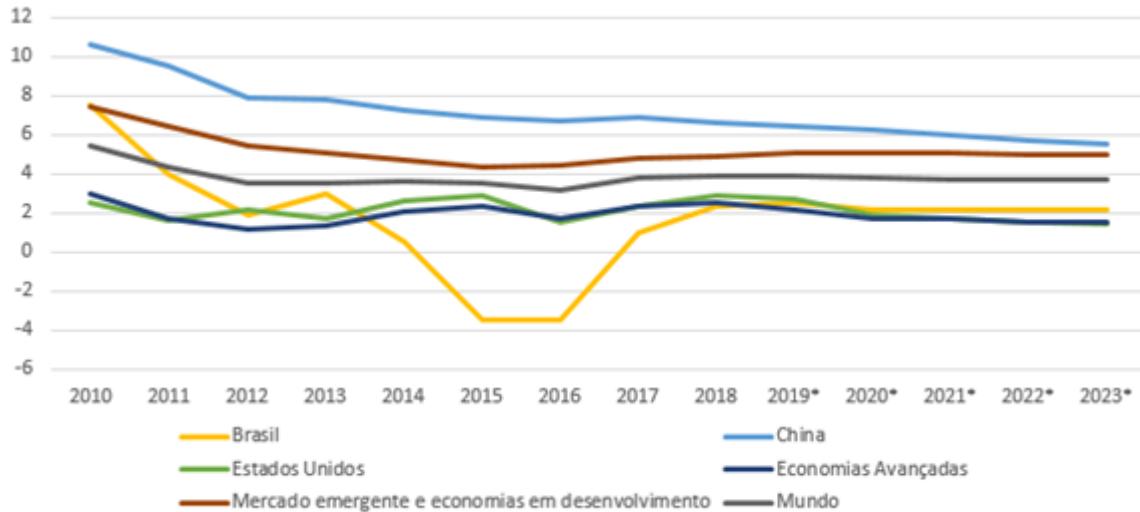
Primeiramente, serão apresentados elementos de análise da conjuntura internacional, uma vez que esta se constitui em um âmbito extremamente importante para qualquer país em um sistema internacional com um processo de globalização avançado, que gera efeitos diretos e indiretos em todos os países através da integração de mercados e de comércio, de investimentos e fluxos de capitais internacionais, e inúmeros outros fatores.

O contexto internacional geral a partir do ano de 2010 é de relativa desaceleração econômica após a recuperação da crise de 2007/2008 durante o período imediatamente posterior. Observa-se uma tendência geral de queda até meados de 2012, quando passa a se observar uma maior estabilidade na economia mundial. A primeira variável relevante para a conjuntura internacional e que também ilustra extremamente bem esse comportamento é a taxa de crescimento real do PIB, que representa a situação como um todo da economia mundial.

Observa-se no gráfico 1 que a economia mundial cresceu no período entre 2010 a 2018 a uma taxa relativamente estável, apresentando maior variação entre quase 6% ao ano e quase 5% ao ano, com tendência de queda nos primeiros anos dessa amostra. Essa tendência pode ser explicada por alguns fatores, dentre os quais está principalmente os efeitos da ainda presente crise de 2007/2008. Nota-se ainda, que esta é uma tendência geral, como denotado no comportamento das tendências do mundo, do mercado emergente, das economias avançadas e da China. Os Estados Unidos apresentam um comportamento um pouco

diferente, ao passo que, apesar de ser o local originário da crise, pouco sofreu com tal evento, pois acabou recebendo grandes aportes financeiros por se tratar da praça financeira mais segura do mundo.

GRÁFICO 1: Taxa de crescimento real do PIB em pontos percentuais (2010 – 2023)

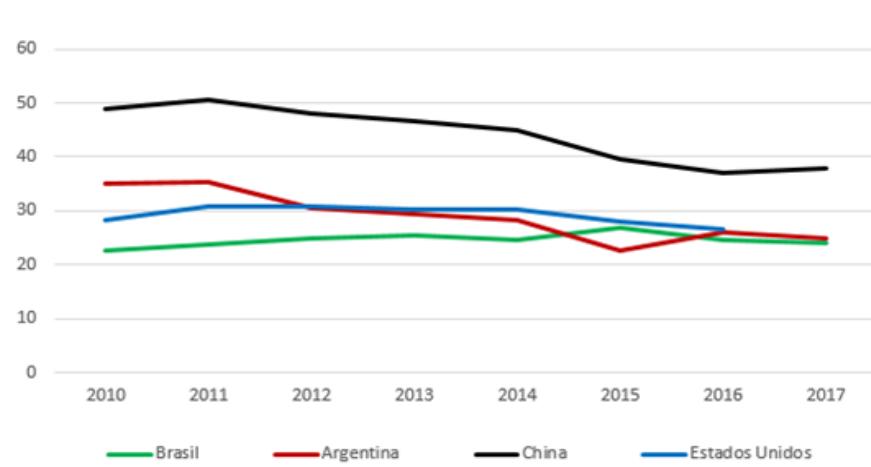


Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Nota: projeções a partir de 2019

Espera-se, nesse sentido, que um país apresente uma taxa de crescimento mais ou menos compatível com os ciclos da economia mundial, levando em consideração ainda suas taxas históricas de crescimento e a que grupo de países pertence. Entretanto, o comportamento brasileiro, por sua vez, apresenta comportamento peculiar. Além da acentuada queda a partir de 2010 como efeito tardio da crise após um longo período de crescimento através da alta no preço das commodities, a partir de 2013 observa-se que a taxa de crescimento despenca no país. Esse comportamento tem muito mais a ver com aspectos internos que com o cenário externo, ao passo que o país passa por uma crise política e econômica severa. Esse aspecto será discorrido na parte do cenário interno.

GRÁFICO 2: Volume de comércio em % do PIB (2010-2017)



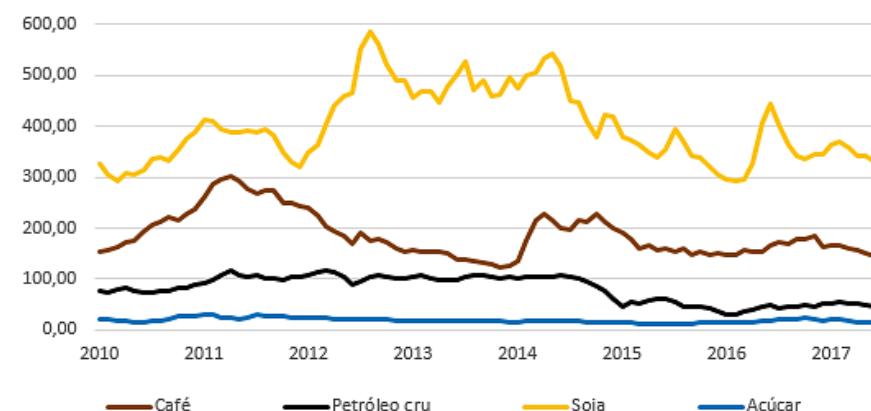
Fonte: World Bank Group.

China, dos Estados Unidos e da Argentina, os principais parceiros

Outra variável importante para o desempenho econômico brasileiro é o comércio internacional. Nota-se no Gráfico 2 que o comércio brasileiro apresentou tendência relativamente estável, em torno de 25% do PIB. Entretanto, o volume de comércio da

comerciais brasileiros, reduziu significativamente, sobretudo no caso da China. Observa-se ainda no Gráfico 3 que o preço das principais commodities brasileiras apresentou tendência geral de queda, com declínio muito acentuado na soja, principal produto exportado pelo país.

GRÁFICO 3: Preço das principais commodities brasileiras (em US\$ por unidade de medida)

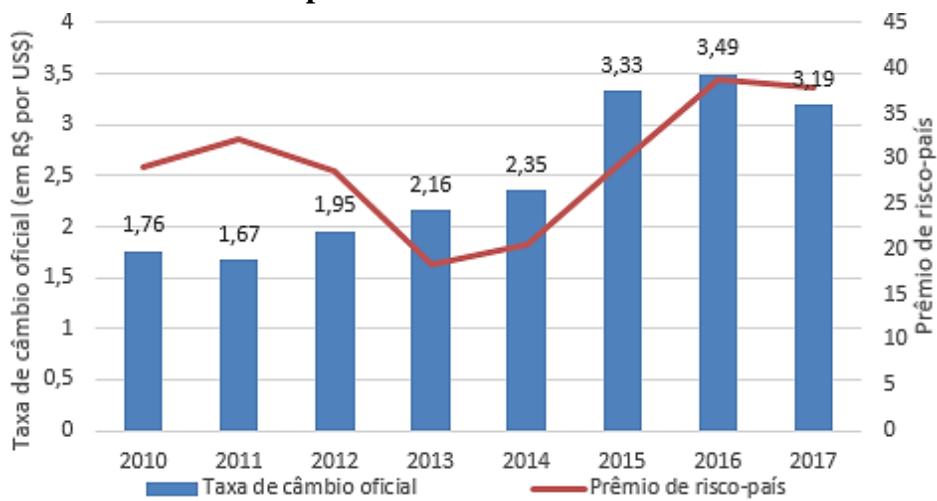


Fonte: Fundo Monetário Internacional.

crescimento dificilmente apresentará resultados positivos com a redução nos preços. Essa restrição e dificuldade se mostram ainda mais expressivos, se considerado o modelo de desenvolvimento adotado durante os anos 2000 durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, em que a estratégia se pautou basicamente no crescimento através das exportações. Na ausência atual de um modelo claro de desenvolvimento, observa-se um esgotamento desse modelo praticado nos anos 2000, uma vez que o comércio se reduziu de forma geral e os preços das commodities vem abaixando paulatinamente.

É importante notar, ainda, o papel da taxa de câmbio e do prêmio de risco brasileiros. Como presente no Gráfico 4, ambos os indicadores apresentaram uma elevação expressiva (ou seja, aumento no risco-país e grande desvalorização cambial). O contexto interno brasileiro é determinante nesse aspecto, uma vez que essa dinâmica é notada a partir da crise brasileira atual, atingindo níveis gritantes ao fim do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015/2016, quando começa a cair a partir da posse de Michel Temer.

GRÁFICO 4: Taxas de câmbio e prêmio de risco brasileiros



Fonte: World Bank Group.

Com problemas latentes nas contas nacionais e uma grande dificuldade em gerar superávits por meio desses bens, o Brasil enfrenta uma restrição externa considerável e a economia tende a apresentar dificuldades, já que esse *driver* de

Variáveis como a taxa de juros e o volume de IDE realizado no país também são relevantes, mas foram desconsideradas da análise, já que o Brasil apresenta fluxos relativamente constantes devido à alta taxa de juros reais, que mantém a atratividade do país para os fluxos de investimento internacional. Segundo o World Bank Group, o país chegou a ter juros reais (taxa de juros de empréstimos ajustada pela inflação medida pelo deflator do PIB) de 41,55%, muito maior que outros países similares ou não.

3. Análise doméstica

Para a análise do cenário interno da economia brasileira, serão consideradas variáveis imersas no escopo teórico dos pontos de vista da oferta e da demanda, conforme apresentadas na teoria econômica *mainstream*.

Nesse arcabouço, a teoria econômica apresenta a composição do Produto Interno Bruto pela ótica da demanda através da equação $Y = C + I + G + X - M$, em que:

Y é o PIB total do país;

C é o consumo total, contabilizando o consumo das famílias e das empresas;

I é o investimento doméstico;

G é o gasto público total;

X – M é a balança comercial, sendo que X são as exportações e M são as importações do país.

Em paralelo, do ponto de vista da oferta, assume-se que o Produto Interno Bruto do país se consolida através do desempenho econômico manifestados na oferta dos setores da engrenagem da economia: a indústria, a agricultura, e os serviços.

Nesse sentido, a partir da próxima seção, serão contempladas para o ponto de vista da demanda as identidades macroeconômicas do Consumo, do Investimento, dos Gastos Públicos e a balança comercial, sendo que esta última já foi bem descrita na seção anterior, quando abordado o comércio internacional e a estratégia de desenvolvimento do país; enquanto serão contemplados para o ponto de vista da oferta especificamente indicadores de desempenho setoriais para a agricultura, indústria e serviços.

3.1 Consumo

Trataremos do primeiro componente do cenário interno brasileiro, o consumo. O consumo total do setor privado, como explicitado na Tabela 1, representou aproximadamente 80% do total dos componentes do Produto Interno Bruto, enquanto o consumo das famílias se consolidou ultrapassando a proporção de 60% do consumo total brasileiro. Ambos os indicadores apresentaram uma trajetória de relativa recuperação, com dados persistentemente crescentes ao longo do período. Isso se deve a um declínio expressivo nos dados desse indicador no imediato pós-crise de 2007/2008, que se manifestou na economia brasileira em um impacto relativo na demanda. Entretanto, os dados do PIB brasileiro apresentam uma redução no crescimento expressiva para uma economia de tal porte, o que se manifesta em uma compensação em outros indicadores, de investimento, gastos do governo e balança comercial, como se identificará nas próximas seções.

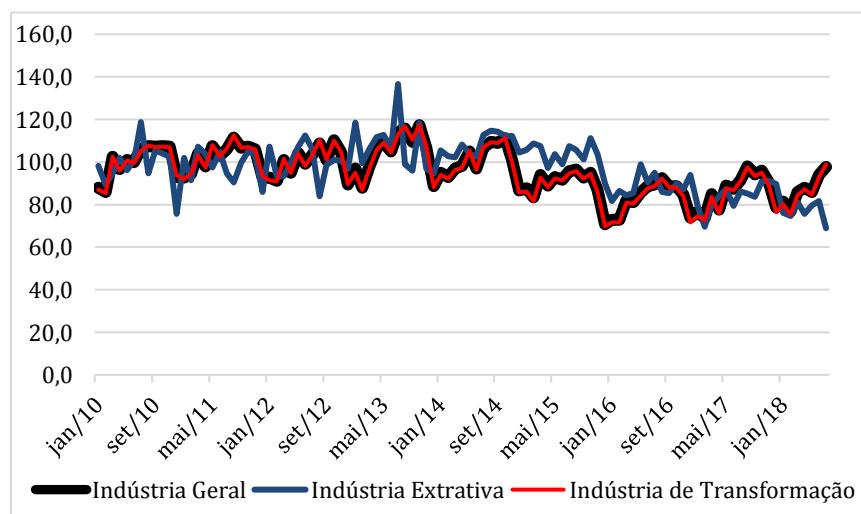
TABELA 1: Componentes do Produto Interno Bruto brasileiro em valores correntes (em milhões de reais)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>PIB Total</i>	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	5.995.787
<i>Consumo Final</i>	3.079.133	3.454.852	3.849.014	4.297.697	4.745.278	5.020.969
<i>Consumo das famílias</i>	2.278.735	2.573.419	2.883.929	3.213.817	3.555.352	3.747.870
<i>Consumo/PIB</i>	79,24%	78,94%	79,94%	80,61%	82,11%	83,74%
<i>Consumo das famílias/PIB</i>	58,64%	58,80%	59,90%	60,28%	61,52%	62,51%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

O indicador do IPEA mensal de consumo aparente de bens industriais, por sua vez, apresentou dinâmica variável, mas operou abaixo da base fixa de 2012 na grande maioria do período. Conforme apresentado no Gráfico 5, o indicador apresentou picos positivos após séries de declínio importantes, a exemplo do final de 2011, final de 2012, início de 2014 e ao final do mesmo ano, o que indica captação de uma sazonalidade presente nos dados, de forma que essa recuperação transitória se consolida mais nesse sentido e menos em detrimento de fatores estruturais econômicos e políticos. Por outro lado, pode-se perceber um comportamento, principalmente após meados de 2014, de declínio expressivo no consumo de bens industriais para todos os indicadores, tanto da indústria geral e de transformação, quanto da indústria extrativa, que historicamente se apresenta muito mais sólida e mais expressiva que os dois primeiros.

GRÁFICO 5: Indicador IPEA Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais com base fixa (média de 2012 = 100).

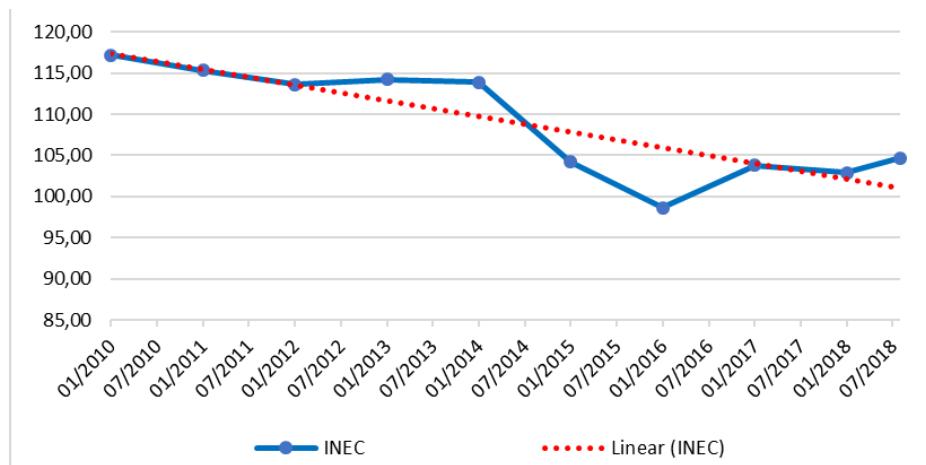


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Esse elemento capta um processo preocupante de desindustrialização na economia brasileira, com participação cada vez menor da indústria na atividade econômica. Até mesmo devido a isso, e em paralelo ao comportamento dos preços das principais commodities de exportação do país, o

Brasil apresenta um desempenho econômico muito dependente e atrelado à dinâmica desses preços, de forma que o resultado econômico acompanha os movimentos internacionais.

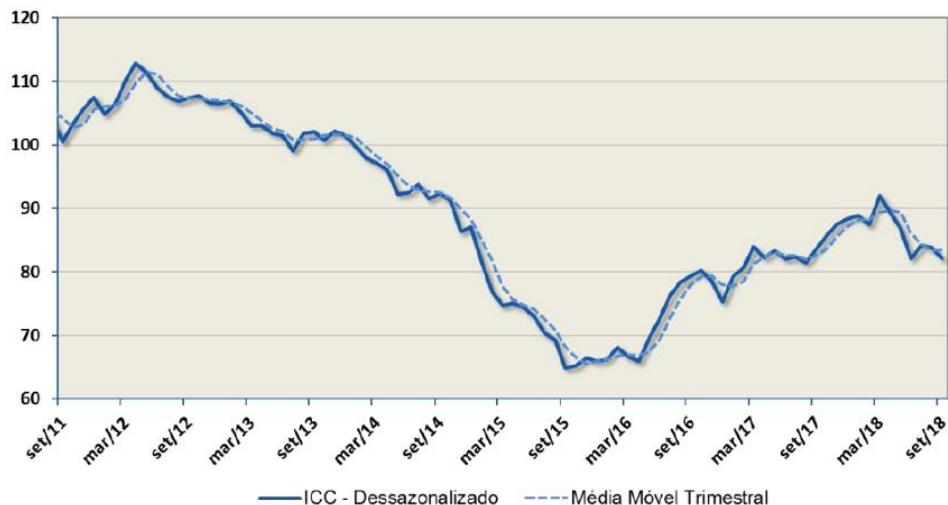
GRÁFICO 6: Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) mensal com base fixa (fev/2015 = 100)



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) também é um indicador importante e expressivo, que apresenta um comportamento alinhado com a situação brasileira já descrita, conforme apresenta o Gráfico 6. Acompanhando o comportamento de melhora do ano de 2013, também seguiu o seu declínio posterior, principalmente a partir do ano de 2014, como especificado como momento de aprofundamento da grave situação de crise na economia e principalmente na política brasileira. Esse indicador aponta como a incerteza econômica e política nas instituições brasileiras incorre em uma reversão de expectativas dos consumidores para um sentido negativo, afetando seus gastos e, consequentemente, a demanda agregada da economia brasileira. A curva de tendência apresentada no gráfico demonstra como a média é de um declínio expressivo, de mais de 115 pontos para 100 pontos em uma base de 2015, ano provável do ápice da crise no país.

GRÁFICO 7: Índice de Confiança do Consumidor da Fundação Getúlio Vargas



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

O Índice de Confiança do Consumidor, por sua vez, apresenta comportamento semelhante, conforme apresentado no Gráfico 7. Após um pico em meados de 2012, o índice de expectativas dos consumidores começa uma trajetória de declínio expressivo, em resposta à desaceleração econômica já observada no país e à posterior crise econômica e política que se instaurou no contexto doméstico. Os valores atingem um ponto crítico no que talvez seja o ápice da crise brasileira em 2015 e início de 2016, logo antes do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme explicitado anteriormente. Similarmente a outros indicadores, o Índice de Confiança do Consumidor também apresenta uma tendência de recuperação após a posse de Michel Temer, aumentando de menos de 70 em 2015/2016 para mais de 90 no início de 2018. Entretanto, o evento extraordinário da Greve dos Caminhoneiros no mês de maio, que apesar de breve impactou expressivamente o país, jogou o indicador novamente para cerca de 80.

3.2 Investimento

O componente do investimento apresenta um crônico problema no contexto brasileiro. Essa característica da economia do país não está exclusivamente relacionada ao panorama conjuntural caótico da política e da economia do país (ainda que, obviamente e definitivamente tal contexto influencie diretamente nesse indicador), uma vez que essa variável apresenta um comportamento de valores historicamente abaixo do esperado para uma economia em desenvolvimento e do porte da economia brasileira, que se apresenta como uma das maiores do mundo.

Tal assertiva se apresenta de forma empírica, por exemplo, no período de grande sucesso econômico da economia brasileira durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando o país atingiu taxas de crescimento muito superiores à média mundial e se apresentou como um centro dinâmico emergente importante na América Latina, em alinhamento com a ascensão chinesa expressiva. Apesar de apresentar desempenho excepcional, os dados macroeconômicos evidenciam uma grotesca estabilidade nas taxas de investimento, embasando o fato de que o crescimento brasileiro se ancorou na balança comercial extremamente favorável em reflexo à alta dos preços das commodities brasileiras e as gigantescas importações chinesas desses bens.

A Tabela 2 demonstra como a proporção entre a Formação Bruta de Capital Fixo – uma proxy para o investimento – é baixa no Brasil, se mantendo historicamente em torno dos 20%. Nesse sentido, espera-se que as taxas de investimento do período analisado, sob um arcabouço histórico já desfavorável e sob influência de um contexto de imensa incerteza e crise econômica e política, sejam muito baixas; o Gráfico 8 confirma veementemente essa hipótese.

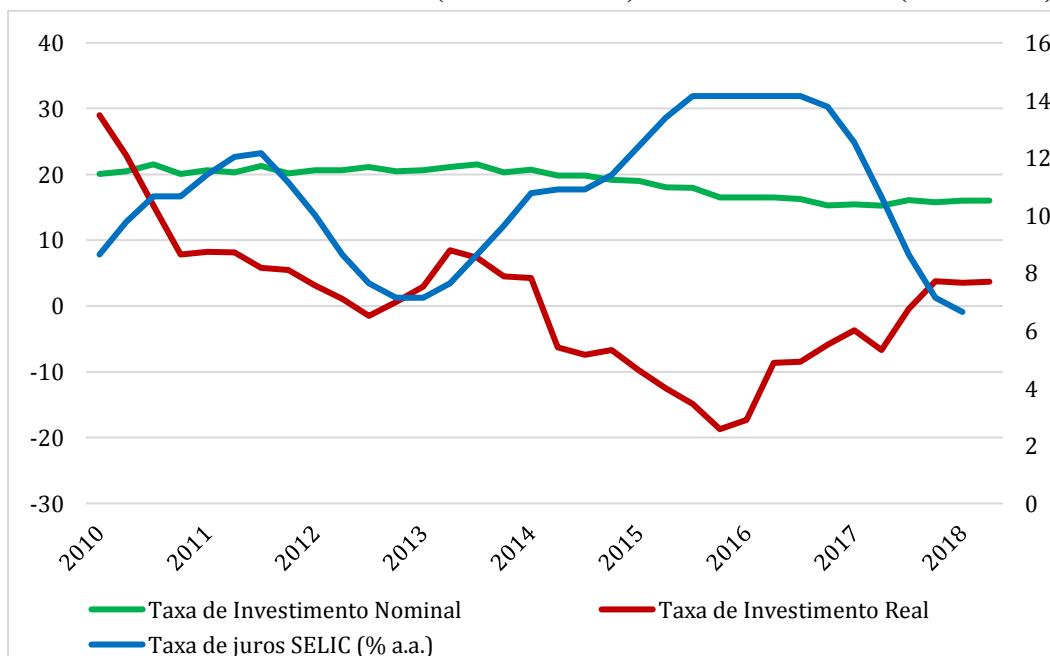
Durante todo o período, a taxa de investimento nominal se manteve constante nos 20%, ao passo que a taxa de investimento real decaiu persistentemente e chegou a níveis negativos após 2014, alcançando incríveis -18,72% ao final do ano de 2016. Em um contexto de recessão, uma taxa de investimento negativa significa um aprofundamento grave em uma situação caótica, o que culmina em uma previsão extremamente negativa para o desempenho econômico brasileiro para os próximos trimestres.

TABELA 2: Componentes da Formação Bruta de Capital Fixo a preços correntes e participação no Produto Interno Bruto brasileiro (2010-2015).

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>PIB Total</i>	3 855 847	4 376 382	4 814 760	5 331 619	5 778 953	5 995 787
<i>Formação Bruta de Capital Fixo</i>	797 946	901 927	997 460	1 114 944	1 148 453	1 069 397
<i>Construção</i>	397 310	454 419	519 571	568 616	597 352	566 408
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	310 656	342 874	362 281	421 649	420 240	365 623
<i>Produtos de Propriedade Intelectual</i>	74 905	90 481	100 373	109 198	114 347	118 958
<i>Proporção FBKF/PIB</i>	20,69%	20,61%	20,72%	20,91%	19,87%	17,84%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

GRÁFICO 8: Taxas de Investimento (em % do PIB) e de Juros SELIC (em % a.a.)

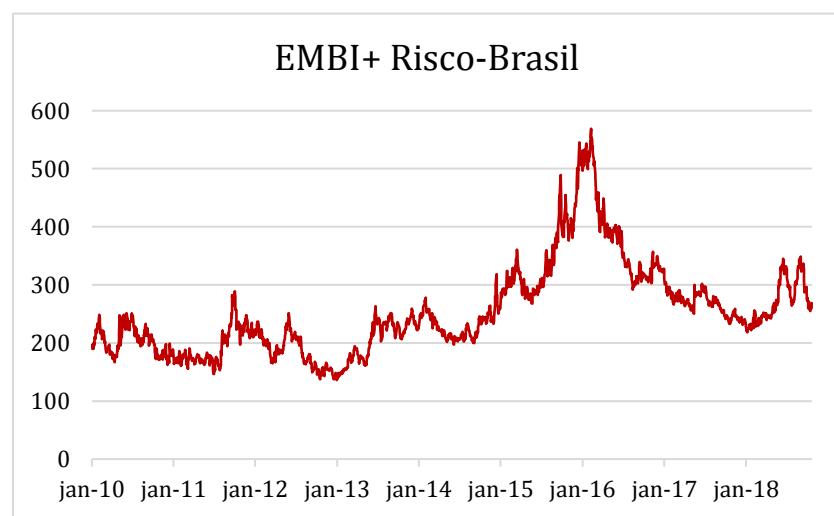


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Por outro lado, a taxa de juros brasileira também se mantém historicamente alta. Conforme observado no mesmo gráfico, o nível mais baixo em uma conjuntura de crise foi de mais de 6%, com picos em mais de 14% ao ano, uma taxa muito alta comparativamente às

taxas da maioria dos países do mundo. Isso faz com que o Brasil recebe grandes influxos de capitais internacionais, principalmente em forma de investimento de portfólio que são contabilizados no Balanço de Pagamentos brasileiro em forma de lançamentos na Conta de Capitais, mas pouco favorece a realização de investimentos de característica produtiva domesticamente no país. Além de estimular aplicações e rendimentos financeiros, os juros altos desestimulam e enrijecem os empréstimos e o crédito no país, dificultando ainda mais a realização de investimentos produtivos, sobretudo aqueles de maior risco.

GRÁFICO 9: EMBI+ Risco-Brasil



Fonte: J.P. Morgan

quando as incertezas no mercado financeiro eram gritantes devido ao discurso do então presidenciável. A avaliação negativa brasileira pressiona por juros ainda maiores, uma vez que o cenário mais arriscado no país faz com que os investidores internacionais demandem um prêmio de risco maior – representado por um aumento na taxa de juros doméstica como forma de ampliação dos rendimentos das aplicações.

A inconsistência e incapacidade dos investimentos brasileiros em se apresentarem como *driver* importante da economia são alarmantes, e acabam por derrogar uma situação de crise do modelo de desenvolvimento brasileiro instaurada no país. Estando à mercê de um mercado internacional volátil e crescentemente dependente do comportamento chinês, de um consumo que pouco responde a políticas de estímulo e a uma situação fiscal grave (a qual será abordada no próximo tópico), essa identidade macroeconômica deveria se apresentar como desafogo e como o motor doméstico principal da economia, o que não se valida empiricamente. Espera-se, nesse arcabouço, que a economia brasileira permaneça neste estado crítico enquanto os investimentos não forem ampliados – à exceção de um crescimento oriundo da utilização da grande capacidade ociosa atual, proveniente do contexto de crise econômica.

3.3 Gastos Públicos

Os gastos públicos se constituem na terceira seção de composição do Produto Interno Bruto e serão analisados nesta seção. O setor público consiste no Banco Central do Brasil e os

essa análise ainda é compatível com a dinâmica do índice EMBI+ de J.P. Morgan. Conforme apresentado no Gráfico 8, o risco-Brasil começa a aumentar vertiginosamente, principalmente ao final de 2014, e atinge um pico de 554 em fevereiro de 2016, valor mais alto desde o período das eleições anteriores ao primeiro mandato do governo Lula,

governos federal, estaduais, municipais, empresas estatais e o INSS. A teoria econômica define os indicadores fiscais através de indicadores de fluxos (receitas, despesas e necessidades de financiamento) e de estoques (endividamento e créditos), produzindo através dessas informações os resultados fiscais (a diferença entre receitas e despesas) e as necessidades de financiamento, calculados em termos nominal, operacional e primário.

O resultado nominal é a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais e de despesas totais, incluindo aplicações financeiras e despesas com juros; esta é também a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). O resultado operacional, por sua vez, é o resultado nominal subtraindo-se a atualização monetária da dívida líquida, ou seja, excluído da inflação. Já o resultado primário é o resultado nominal subtraindo-se os juros nominais (que são os juros reais mais a inflação), que incidem sobre a dívida; esse resultado indica a dívida “real” do governo, sem a incidência de déficits passados.

Os resultados do governo central se manifestam no resultado divulgado pelo Tesouro Nacional, somado do resultado do BCB e do INSS; enquanto os resultados estaduais e municipais são divulgados nas contabilizações das respectivas administrações.

TABELA 3: Receitas, Despesas e Resultado do governo federal – conceito acima da linha (em R\$ milhões)

Período	Receitas			Despesas			Resultado do governo federal		
	Previdência Social	Tesouro Nacional e Banco Central	Receita Líquida Total	Previdência Social	Tesouro Nacional e Banco Central	Total	Tesouro Nacional	Previdência Social	Total
2012	275.765	784.125	888.495	316.590	499.318	815.907	126.565	-40.825	85.740
2013	307.147	871.836	997.088	357.003	567.926	924.929	123.333	-49.856	73.477
2014	337.503	883.971	1.023.013	394.201	652.294	1.046.495	33.331	-56.698	-23.368
2015	350.272	897.517	1.043.105	436.090	728.372	1.164.462	33.331	-33.985	-85.818
2016	358.137	956.816	1.088.118	507.871	741.522	1.249.393	10.570	-149.734	-119.803
2017	374.785	1.008.297	1.154.746	557.235	721.773	1.279.008	58.950	-182.450	-160.304
2018 (até Set)	273.710	809.692	896.685	428.825	553.472	982.297	74.028	-155.115	-81.087

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda.

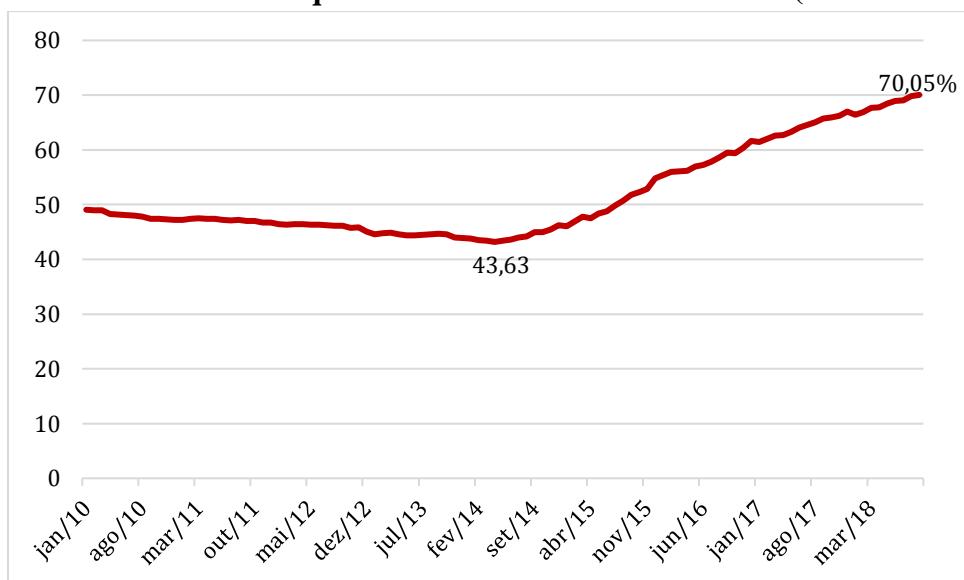
A Tabela 3 mostra as receitas, despesas e o resultado acima da linha do governo federal entre 2012 e o mês de setembro de 2018, evidenciando uma característica complexa e emergencial nas contas públicas brasileiras.

Observa-se que as receitas totais do governo se ampliam, mesmo em um cenário desfavorável, principalmente nos anos de 2015 e 2016, que apresentaram contração no Produto Interno Bruto brasileiro, conforme apresentado nas seções anteriores. Esse é um elemento positivo, que demonstra uma boa arrecadação que pode facilitar o equilíbrio fiscal e a integridade das contas públicas. A receita líquida total do país passa de cerca de R\$888,5 bilhões para cerca de R\$1,008 trilhão, o que consiste em um aumento de aproximadamente 13,5%.

Entretanto, as despesas do governo também crescem substancialmente, e de forma alarmante, crescem proporcionalmente mais que as receitas. As despesas totais passam de

aproximadamente R\$815,9 bilhões para aproximadamente R\$1,279 trilhão, consolidando um aumento de quase 57%, ou seja, em proporção expressivamente maior que o crescimento das receitas. Isso faz com que o resultado do governo federal produza déficits expressivos a partir do ano de 2014, com o acirramento da crise econômica no país. O resultado historicamente positivo do Tesouro Nacional passa a declinar sensivelmente, inclusive apresentando déficits em 2015 e 2016, o que fez com que o imenso ônus da Previdência Social não fosse compensado de forma satisfatória – e, inclusive, agregado ao déficit do Tesouro, nos anos em questão. O resultado de 2016 foi um rombo de R\$160,3 bilhões no ano fiscal, o que é um acréscimo extremamente alarmante à dívida pública – que também cresceu grotescamente, conforme apresentado no gráfico 10.

GRÁFICO 10: Dívida interna líquida do Setor Público consolidado (em % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.

A dívida líquida interna do setor público apresenta um nível médio abaixo dos 50% do Produto Interno Bruto, inclusive com tendência de redução até meados de 2014, mesmo com o desempenho econômico já declinante, conforme explicitado em seções anteriores. Entretanto, o período explicitado se consolida como um ponto de inflexão no que diz respeito ao comportamento da dívida pública. Embora apresente um certo viés característico pela recessão no PIB nos anos de 2015 e 2016 (fazendo com que a relação dívida/PIB aumente naturalmente, uma vez que o denominador é menor), a porcentagem de dívida em relação ao PIB é gritante, passando de um ponto mínimo de 43,63% no meio do ano de 2014, para 70,05% no ano de 2018, um crescimento preocupante de mais de 60% na relação dívida/PIB.

A Tabela 4, por sua vez, apresenta as fontes e usos da Necessidade de Financiamento do Setor Público, que consiste, conforme explicitado anteriormente, no resultado nominal do fluxo agregado de receitas e despesas totais, incluindo aplicações financeiras e despesas com juros. As primeiras três colunas identificam as fontes do financiamento do governo, enquanto as colunas restantes apresentam a utilização desses recursos para as despesas e manutenção da dívida, de forma que, portanto, os valores **positivos** representam um **déficit** (aumento da

necessidade de financiamento), e os valores **negativos** representam um **superávit**, com redução da necessidade de financiamento.

TABELA 4: Média anual das fontes e usos da Necessidade de Financiamento do Setor Público (em R\$ milhões)

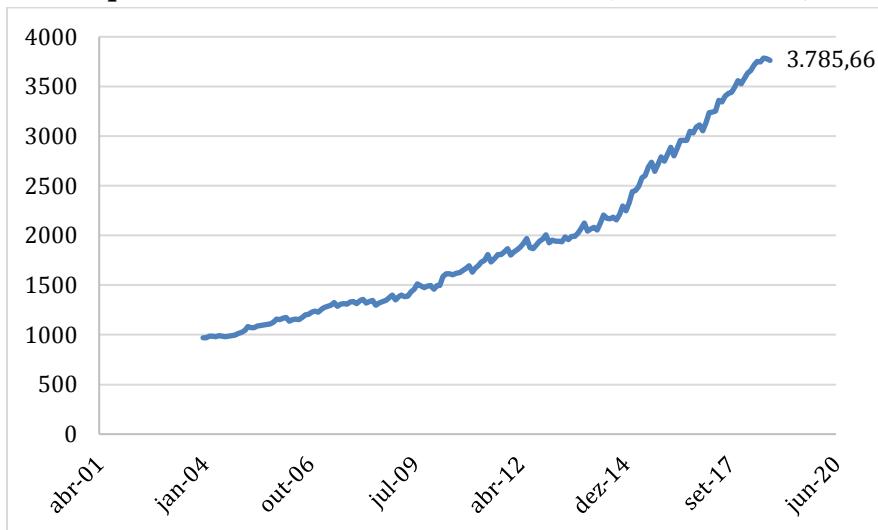
	Fontes			Primário	Usos					
	<i>Financiamento Interno</i>	<i>Financiamento Externo</i>	<i>Total</i>		<i>Juros Internos</i>					
					<i>Juros Reais</i>	<i>Atualização Monetária</i>				
2010	14.877,5	-7.071,4	7.806,1	-8.474,7	1.998,0	14.208,2	74,5	7.806,1		
2011	17.868,4	-8.871,5	8.996,9	-10.725,9	13.112,0	6.696,9	-86,1	8.996,9		
2012	10.955,2	-1.879,3	9.076,0	-8.745,9	5.162,8	12.746,0	-86,9	9.076,0		
2013	14.927,2	-1.798,0	13.129,1	-7.608,8	11.094,9	9.630,5	12,6	13.129,1		
2014	27.906,8	752,9	28.659,7	2.711,3	18.392,1	7.487,1	69,2	28.659,7		
2015	52.626,2	-1.540,0	51.086,2	9.270,7	17.577,1	24.057,8	180,6	51.086,2		
2016	47.240,8	-339,6	46.901,2	12.982,6	16.762,2	17.043,1	113,4	46.901,2		
2017	44.032,4	-1.415,0	42.617,4	9.215,2	33.765,9	-440,2	76,5	42.617,4		
2018 (até Set)	40.618,5	-322,6	40.295,8	6.591,3	-4.262,5	38.778,8	-808,7	40.295,8		

Fonte: Banco Central do Brasil.

Pode-se identificar que a fonte externa não é relevante para o Brasil, o que é exemplificada no emblemático discurso dos últimos anos referente ao volume de reservas internacionais brasileiras. Isso também se deve à uma relutância com relação ao financiamento externo, sobretudo por conta da história econômica brasileira, em que o país sofreu crises da dívida atreladas à tomada de empréstimos internacionais, bem como a instabilidade cambial e o valor desfavorável da moeda no contexto internacional. O país apresenta, durante todo o período – à exceção de 2014 –, superávits de financiamento externo, consolidando a manutenção da situação ao longo do tempo.

Não obstante, o financiamento interno apresenta comportamento adverso. Após manter-se em uma média em torno dos 15 milhões, esse indicador praticamente duplica no ano de 2014 e mais que triplica nos anos subsequentes em relação à essa média. Essa situação se alinha perfeitamente ao contexto institucional apresentado durante as seções anteriores, em que justamente a partir do ano de 2014 a economia e a política domésticas passam a apresentar uma crise profunda e aguda. Essa escalada da necessidade de financiamento se alinha ao comportamento da dívida, conforme mostram os gráficos 10 e 11. A escalada da dívida se torna muito mais acentuada a partir do mesmo ano, como se observa comparando as variações, em que entre 2004 e 2014 a dívida praticamente duplica, representando a mesma

GRÁFICO 11: Estoque da Dívida Pública Federal Total (em R\$ bilhões).



Fonte: Tesouro Transparente, Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

quantidade para um período muito menor de 2014 a agosto de 2018, uma variação de mesma proporção em menos de 4 anos, passando de pouco mais de R\$2 trilhões para um pico de quase R\$3,8 trilhões em agosto de 2018, o que é mais de 70% do PIB brasileiro do período. Uma dívida pública em mais de 70% do PIB significa uma incerteza muito grande, o que impacta também nos investimentos, que sofrem com redução, já que não há confiança na economia e os riscos se tornam expressivamente maiores. A credibilidade do governo também é minada, ao passo que a sua capacidade de pagamento da dívida torna-se cada vez menor, evidenciando uma situação insustentável que, certamente, é percebida nas expectativas dos consumidores e dos empresários.

4. Análise regional

Minas Gerais é o quarto maior estado do Brasil em extensão territorial, com 586.522,122 km², e o segundo em tamanho da população, com 21.119.536 habitantes. Se consolida como a terceira maior economia, após São Paulo e Rio de Janeiro, com estimativa atual de 544,6 bilhões de reais. O estado é subdividido em mesorregiões geográficas, as quais serão analisadas individualmente de acordo com o desempenho econômico do estado de Minas Gerais como um todo, quais sejam: Central Mineira e metropolitana de Belo Horizonte; Zona da Mata; Sul e Sudoeste; Campo das Vertentes; Triângulo Mineiro; Oeste; Noroeste; Norte; Jequitinhonha; Mucuri; e Rio Doce. Essas são as subdivisões presentes nas pesquisas e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo que serão as utilizadas para maior alinhamento dos dados e da análise. Vale ressaltar, portanto, que são regiões de planejamento variáveis, podendo ser alteradas em outras sub-regiões como a do Caparaó, Alto Paranaíba, Triângulo do Norte e do Sul, Leste e Leste do Sul e outras, mas que serão variações desconsideradas para fins de maior clareza e objetividade.

Minas Gerais se trata de um estado extremamente heterogêneo, mas com alta concentração de atividades produtivas em termos tecnológicos e industriais, sendo claramente dividido entre uma região de desenvolvimento industrial mais avançado na região

metropolitana de Belo Horizonte e nas regiões sul e sudeste, enquanto apresenta atividades mais primárias sobretudo nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha e Mucuri, sendo estas últimas as regiões mais pobres do estado.

Prosseguindo para a análise de conjuntura regional, em alinhamento ao escopo da presente Carta, será contemplado o mesmo período de referência, a partir do ano de 2010. No entanto, devido à escassez de dados e indicadores econômicos a nível regional, a análise se dará até o ano de 2015, dados mais recentes apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que detém a maior parte dos dados regionais de credibilidade.

TABELA 5: Produto Interno Bruto a preços correntes de Minas Gerais e das mesorregiões do estado (em R\$ milhões) e suas respectivas participações no PIB (em %)

		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Minas Gerais		351.123,4	400.124,6	442.282,8	488.004,9	516.633,9	519.326,3
Central e metropolitana de Belo Horizonte	PIB	165.924,5	188.774,2	206.342,8	230.551,9	236.545,2	225.640,8
	Participação	47,26%	47,18%	46,65%	47,24%	45,79%	43,45%
Zona da Mata	PIB	27.426,3	30.738,5	33.480,1	36.674,0	39.583,2	41.738,0
	Participação	7,81%	7,68%	7,57%	7,52%	7,66%	8,04%
Campo das Vertentes	PIB	6.831,8	7.772,4	8.501,6	9.621,5	10.011,8	10.315,3
	Participação	1,95%	1,94%	1,92%	1,97%	1,94%	1,99%
Sul e Sudoeste	PIB	39.023,9	45.597,5	49.680,6	53.943	60.476,3	63.775,9
	Participação	11,11%	11,4%	11,23%	11,05%	11,71%	12,28%
Triângulo Mineiro	PIB	51.462,2	57.955,7	65.694,5	71.658,7	78.247,4	82.987,3
	Participação	14,66%	14,48%	14,85%	14,68%	15,15%	15,98%
Oeste	PIB	13.165,9	15.859,9	17.510,5	19.551,7	21.254,1	21.833,8
	Participação	3,75%	3,96%	3,96%	4,01%	4,11%	4,2%
Noroeste	PIB	5.700,6	7.306,7	8.481,2	9.286,9	9.497,9	9.906,4
	Participação	1,62%	1,83%	1,92%	1,9%	1,84%	1,91%
Norte	PIB	13.261,6	15.205,8	18.948,2	19.128	20.861,5	21.462,3
	Participação	3,78%	3,8%	4,28%	3,92%	4,04%	4,13%
Jequitinhonha	PIB	3.868,2	4.388,7	4.928,4	5.564,6	6.482,1	6.967,1
	Participação	1,1%	1,1%	1,11%	1,14%	1,25%	1,34%
Mucuri	PIB	3.172,3	3.400,3	3.686,8	4.108,1	4.518,1	4.835,7
	Participação	0,9%	0,85%	0,83%	0,84%	0,87%	0,93%
Rio Doce	PIB	21.285,7	23.124,4	25.027,7	27.916,1	29.155,9	29.863,3
	Participação	6,06%	5,78%	5,66%	5,72%	5,64%	5,75%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

A Tabela 5 contém os valores do Produto Interno Bruto de Minas Gerais e das Mesorregiões apresentadas anteriormente, bem como a participação de cada mesorregião na composição do Produto Interno Bruto mineiro e seu comportamento ao longo do período de 2010 a 2015. Verifica-se que o PIB de Minas Gerais apresentou crescimento econômico, passando de pouco mais de R\$351 bilhões em 2010 para mais de R\$519,3 bilhões em 2015, o que representa uma taxa de crescimento de cerca de 47,9% ao longo dos seis anos.

Entretanto, vale ressaltar que estes são dados a preços correntes e, portanto, agregam a inflação do período, sendo relevante verificar o crescimento real do estado. O IPCA anual

para os anos de 2010 a 2015 foram de, respectivamente: 5,90%; 6,50%; 5,83%; 5,91%; 6,41%; e 10,67%, o que resulta em uma taxa agregada de 41,22%, consolidando um crescimento real de Minas Gerais de cerca de 6,68% no período, a uma taxa média de 1,11% ao ano. Trata-se de um crescimento econômico tímido, que reflete a tendência explicitada nas seções anteriores de desaceleração da economia brasileira após uma década de crescimento importante liderada pelas exportações.

Para avaliar mais precisamente esse comportamento do desempenho econômico do estado de Minas Gerais, é importante analisar além da sua composição em mesorregiões, a sua composição setorial. Para isso, se utilizará as pesquisas e dados do IBGE nos seguintes âmbitos: a Pesquisa Mensal de Comércio; a Pesquisa Mensal de Serviços; o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física; e a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais. Dessa forma, se contemplará os setores de produção de Minas Gerais em sua totalidade, uma vez que ele se consolida em um setor primário agrícola e pecuário, um setor de serviços e um setor industrial.

TABELA 6: Valor Adicionado em valores constantes de 2010 (em R\$ milhões), e variação em volume (em %) no estado de Minas Gerais, segundo setores de atividade econômica

<i>Especificação</i>	2010	2011		2012		2013		2014		2015	
	Corrente (em R\$ milhões)	Variação (em %)	Constante (em R\$ milhões)								
Total	305.174	2,30	312.180	3,08	360.406	0,39	388.591	-0,83	425.248	-4,02	435.898
Agropecuária	17.086	-0,83	16.943	17,75	28.019	-0,21	25.504	-5,68	22.696	-2,36	24.982
<i>Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita</i>	9.292	-1,92	9.114	12,55	17.325	1,18	14.251	-4,58	11.677	0,04	13.671
<i>Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária</i>	5.100	3,00	5.253	3,64	5.623	2,83	5.917	-2,09	7.252	-5,53	7.416
<i>Produção florestal; pesca e aquicultura</i>	2.694	-4,36	2.576	70,32	5.071	-6,70	5.336	-14,77	3.767	-4,31	3.895
Indústria	101.271	2,59	103.897	-0,04	115.905	-1,57	118.240	-2,89	127.383	-6,25	122.723
<i>Indústria extrativa</i>	17.259	2,00	17.604	-0,40	25.972	-5,46	25.543	1,73	32.614	4,18	28.966
<i>Indústrias de transformação</i>	52.198	0,89	52.661	-1,86	51.592	-0,23	52.557	-4,97	54.873	-8,41	54.799
<i>Eletricidade e gás, água, esgoto</i>	11.667	4,74	12.219	0,93	13.460	-11,61	10.600	-7,67	9.459	-6,88	9.909
Construção	20.147	6,28	21.413	3,82	24.882	3,86	29.540	-2,20	30.437	-10,96	29.049
Serviços	186.818	2,42	191.339	3,14	216.482	1,42	244.847	0,58	275.169	-3,18	288.193

Fonte: Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações, IBGE, Sistema de Contas Regionais de Minas Gerais.

A Tabela 6 mostra a evolução da composição setorial do Valor Adicionado pelas atividades econômicas em Minas Gerais no período, segundo elaboração da Fundação João Pinheiro através dos dados do IBGE. Pode se observar que o setor de serviços é o mais relevante para o estado, com mais de 60% do valor adicionado. A indústria é o segundo setor mais relevante, com pouco mais de 30% do valor adicionado, sendo que o setor industrial mais importante é o da indústria de transformação, com metade desse valor. Por fim, observa-se o setor agropecuário, com pouco mais de 5% de participação.

Essa composição auxilia na compreensão do comportamento do Produto Interno Bruto e no desempenho econômico do Estado de Minas Gerais. Observa-se durante o período que o setor que puxa o crescimento observado no estado é o setor de serviços, que já representa mais de 60% do valor adicionado, conforme descrito anteriormente, passando de aproximadamente 61,2% em 2010 para cerca de 66,1% em 2015; isso demonstra como a produção física real de bens vem diminuindo no estado e dando lugar a serviços comuns, tais como de alimentação, educação, saúde e outros. Os anos de 2013, 2014 e 2015 são expressivos nesse sentido; no ano de 2013, observou-se redução nas atividades da agropecuária e industrial, sendo que o resultado positivo somente se deu devido à ampliação no setor de serviços; enquanto nos anos de 2014 e 2015, esse foi o último setor a apresentar resultados negativos, e somente em 2015, em meio à crise econômica que se instaurou no país.

Por fim, será analisado nas seções abaixo o desempenho específico das mesorregiões do estado de uma forma geral e resumida, de acordo com os principais bens produzidos em cada uma delas. Para isso, serão decompostos os principais setores da economia mineira, para posteriormente analisar o seu impacto em cada mesorregião do estado.

Primeiramente, a Pesquisa Mensal de Comércio promovida pelo IBGE concede informações importantes sobre alguns setores. A Tabela 7 demonstra o desempenho do comércio varejista dos diferentes setores, com base fixa em 2014. Destacam-se a recuperação dos setores de combustíveis; supermercados, bens alimentícios, bebidas e fumo; fármacos e perfumaria; e principalmente móveis e eletrodomésticos.

TABELA 7: Média anual do índice mensal do volume de vendas no comércio varejista por atividade (base fixa em 2014 = 100)

Atividades	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Combustíveis e lubrificantes	86,21	86,19	92,81	96,85	100	95,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	92,5	97,56	99,95	97,4	100	100,76
Tecidos, vestuário e calçados	93,64	99,07	102,52	103,02	100	92,73
Móveis e eletrodomésticos	58,45	76,65	93,35	99	100	86,81
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	76,41	82,30	89,92	93,81	100	104,54
Livros, jornais, revistas e papelaria	98,2	105,83	108,94	108,22	100	90,47
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	122,83	141,67	142,84	119,02	100	82,4

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A Pesquisa Mensal de Serviços, por sua vez, identifica o comportamento do setor mais relevante da atividade econômica, conforme descrito anteriormente. A Tabela 8 mostra o seu respectivo índice. Destaca-se um aumento em todas as atividades atreladas aos serviços, conforme se demonstrava no setor agregado na Tabela 6. Esse foi o setor com maior crescimento, com destaque para os serviços prestados às famílias, que passam de 79,05 para manter-se na casa acima dos 90; bem como os serviços de informação e comunicação e serviços profissionais, que também tiveram grande alta, sendo que os serviços de informação foram a única atividade que se expandiu de 2014 para 2015.

TABELA 8: Média anual do índice mensal da receita nominal de serviços por atividade de serviços (base fixa em 2014 = 100)

Atividades	2011	2012	2013	2014	2015
Total	83,78	92,17	97,61	100	100
Serviços prestados às famílias	79,05	88,8	94,60	100	94,96
Serviços de informação e comunicação	93,35	98,93	102,18	100	106,44
Serviços profissionais, administrativos e complementares	77,52	89,88	96,57	100	96,27
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	80,85	88,90	95,23	100	98,70
Outros serviços	91,6	93,04	97,8	100	95,30

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No âmbito do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, obteve-se os dados de produção em toneladas dos 4 principais produtos agrícolas do estado de Minas Gerais, a saber: o feijão, o milho, a soja e o café; para os dados do feijão e do milho, foram somados os valores das safras ao longo do ano. A Tabela 9 demonstra a produção anual de cada produto, bem como a quantidade de cabeças abatidas de animais bovinos, suínos e frangos através da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais.

TABELA 9: Estimativa anual da produção nas lavouras (em milhões de toneladas), do abate de animais anuais (em milhares de cabeças) e da produção de leite (em milhares de litros)

Produto	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Milho	72,61	76,60	91,43	89,05	83,18	82,37
Soja	35,09	34,80	36,62	40,55	40,25	42,24
Café	17,25	15,97	18,80	18,16	17,12	16,41
Feijão	7,11	7,17	7,46	6,90	7,12	6,33
Bovinos	2.393	2.099,7	2.480,1	3.032,6	3.240,3	2.840,8
Suínos	3.779,4	4.127,9	4.425,2	4.796,3	4.976,3	5.118,1
Frangos	371.706,6	380.764,7	407.510	426.343,3	412.272,1	444.164,7
Leite	5.605,8	5.648,7	5.546,8	6.171	6.589,5	6.442,4

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais e Pesquisa Trimestral do Leite – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Destaca-se uma elevada produção de milho no estado, que aumentou muito de 2011 para 2012 e se manteve elevada, ainda que em nível menor que nesse ano. A produção de soja

apresentou crescimento médio, enquanto a produção de café e de feijão se manteve mais ou menos constante durante o período, oscilando em torno de uma média. Para o caso da pecuária, se observa em geral um crescimento de abates em todos os animais, mas destaca-se o volume extraordinário e crescente do abate de frango, que alcançou seu máximo no período em 2015.

TABELA 10: Média anual do índice de Produção Física Industrial por seções e atividades industriais (base fixa na média de 2012 = 100)

<i>Seções e atividades industriais</i>	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>Indústria geral</i>	98,56	98,59	100	99,71	97,22	90,08
<i>Indústrias extractivas</i>	98,78	100,29	100	96,66	98,62	99,09
<i>Indústrias de transformação</i>	98,53	98,28	100	100,68	96,77	87,13
<i>Produtos alimentícios</i>	- *	- *	100	102,34	104,68	107,93
<i>Bebidas</i>	111,82	106,93	100	96,02	98,11	95,56
<i>Produtos do fumo</i>	101,11	104,71	100	91,37	91,3	102,42
<i>Produtos têxteis</i>	114,83	99,13	100	108,66	99,94	71,22
<i>Celulose, papel e produtos de papel</i>	97,13	98,53	100	101,44	101,42	92,8
<i>Coque, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis</i>	102,64	92,50	100	108,62	115,36	110,95
<i>Outros produtos químicos</i>	76,27	85,82	100	96,35	96,11	87,79
<i>Produtos de minerais não-metálicos</i>	95,46	98,23	100	98,87	98,47	82,74
<i>Metalurgia</i>	104,29	105,33	100	97,46	96,25	91,83
<i>Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos</i>	81,7	95,83	100	92,43	79,15	70,99
<i>Máquinas e equipamentos</i>	115,69	106,8	100	117,02	108,03	66,93
<i>Veículos automotores, reboques e carrocerias</i>	95,24	94,87	100	100,88	82,20	55,29

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – IBGE

*: Dados ausentes no IBGE

Por fim, a Pesquisa Industrial Mensal contempla o setor da indústria, dados apresentados na Tabela 10. Observa-se para um comportamento geral de queda no setor industrial no período, à exceção das indústrias extractivas, de fumo, alimentícios e derivados do petróleo e biocombustíveis, que se mantiveram bem ou apresentaram alta. Destaca-se, nesse sentido, as quedas extremamente agudas das indústrias de produtos de metal, máquinas e equipamentos, automobilística, minerais não metálicos e têxteis, sobretudo de 2014 para

2015, quando a crise econômica atingiu a economia brasileira e esses setores foram extremamente impactados.

A partir da próxima seção, será contemplado e analisado de forma geral o impacto dos desempenhos setoriais da economia mineira para as mesorregiões do estado, conforme definidas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da identificação dos principais produtos e atividades econômicas de cada mesorregião especificamente. Adianta-se que, praticamente em todas as regiões, a composição setorial será majoritariamente representada pelo setor de serviços, de forma que o desempenho econômico descrito nesse setor já representa a maior parte do tímido crescimento econômico apresentado no estado de Minas Gerais durante o período de 2010 a 2015.

4.1 Região Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte

É a região mais populosa e importante do estado, incluindo importantes cidades além da capital do estado Belo Horizonte, tais como Bom Despacho, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas, Sete Lagoas e Três Marias. Conforme demonstrado na Tabela 5, trata-se da região mais próspera do estado, responsável por 43,45% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a metalurgia alumínio e zinco; alimentação e bebidas; vestuário; calçados; turismo; indústria automobilística; autopeças; ferro-gusa; ferroliga; siderurgia; mineração; minerais não-metálicos; e produção e processamento de grãos.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 1,0%
- Indústria: 28,99%
- Serviços: 53,54%
- Administração Pública: 16,48%

Apesar dos mais de 53% representados no setor de serviços, que apresentou alto crescimento conforme descrito anteriormente, essa região apresentou uma perda de importância relativa no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, quando a região passa de 47,26% para 43,45% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais. Essa redução se deve ao fato de se verificar uma grande redução de produção dos principais produtos dessa região. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a metalurgia encolheu de 104,23 para 91,83; a indústria de bebidas encolheu de 111,82 para 95,56; o vestuário reduziu para 92,73 de 2014 para 2015; a indústria automobilística sofreu expressiva redução de 95,24 para 55,29; e a de máquinas e equipamentos, de 115,69 para 66,93; o têxtil, de 114,83 para 71,22; enquanto somente o setor alimentício se ampliou de 100 em 2012 para 107,93 em 2015. O desempenho extremamente negativo do setor industrial puxa para baixo o desempenho econômico da região, o que culmina em um resultado positivo puxado pelo setor de serviços, mas uma redução de importância relativa dessa região.

4.2 Zona da Mata

A Zona da Mata possui mais de 2 milhões de habitantes e conta com grandes municípios, tais como Carangola, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. Conforme demonstrado na Tabela 5, trata-se da 4^a região mais próspera do estado, responsável por 8,04% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a produção de frutas e sucos, de café, milho, feijão, a pecuária leiteira, produtos alimentares, a metalurgia, siderurgia e a indústria automobilística.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 13,72%
- Indústria: 7,38%
- Serviços: 27,61%
- Administração Pública: 51,28%

Essa região apresentou uma estabilidade relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, se mantendo em torno dos 8% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais. Essa manutenção do desempenho se deve ao fato de se verificar uma heterogeneidade nos produtos dessa região, sendo balanceados entre a ampliação do setor agrícola e principalmente de serviços, em contraposição à queda do setor industrial. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a metalurgia encolheu de 104,23 para 91,83; a indústria automobilística sofreu expressiva redução de 95,24 para 55,29; a produção de café e feijão se manteve mais ou menos estável; a de milho apresentou grande variação; enquanto a produção da pecuária leiteira e do setor alimentício se ampliou.

4.3 Campo das Vertentes

O Campo das Vertentes conta com os importantes municípios de Barbacena, Lavras e São João Del Rei. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a praticamente 2% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a pecuária, a agricultura, o setor têxtil, calçados e alimentício.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 5,06%
- Indústria: 32,37%
- Serviços: 42,87%
- Administração Pública: 19,7%

Essa região apresentou uma estabilidade relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, se mantendo em torno dos 2% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais. Essa manutenção do desempenho se deve ao fato

de se verificar uma heterogeneidade nos produtos dessa região, sendo balanceados entre a ampliação do setor agrícola e pecuário e principalmente de serviços, em contraposição à queda dos setores industriais relevantes para a região, sobretudo o têxtil e de calçados. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a metalurgia e os setores têxtil e de calçados se reduziu; enquanto a produção agrícola, pecuária, pecuária leiteira e do setor alimentício se ampliou.

4.4 Região Sul e Sudoeste

A região Sul e Sudoeste conta com os importantes municípios de Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso e Varginha. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a cerca de 12% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a produção de café, agroindústria, mineração, autopeças, bebidas, têxteis, metalurgia, pecuária leiteira e eletrônicos.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 7,95%
- Indústria: 21,19%
- Serviços: 53,49%
- Administração Pública: 17,37%

Essa região apresentou uma pequena ampliação de importância relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, alcançando 12,28% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais em 2015. Essa ampliação do desempenho se deve ao fato de se verificar uma grande importância do agronegócio, sobretudo no ramo do café e da pecuária e pecuária leiteira nessa região, que foram ampliados no período. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a metalurgia, mineração e os setores têxtil, de bebidas e de calçados se reduziu; enquanto a produção agrícola, pecuária, pecuária leiteira e do setor alimentício se ampliou.

4.5 Triângulo Mineiro

O Triângulo Mineiro é uma das regiões mais importantes do estado e conta com mais de 2 milhões de pessoas, além de importantes cidades como Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio Uberaba e Uberlândia. Conforme demonstrado na Tabela 5, trata-se da 2ª região mais próspera do estado, responsável por quase 16% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: o açúcar e álcool, pecuária, produção e processamento de grãos e carne, cigarros, fertilizantes, madeira e reflorestamento, cerâmica, alimentícios, mineração e a metalurgia.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 8,96%
- Indústria: 31%
- Serviços: 47,83%
- Administração Pública: 12,21%

Apesar de 31% do valor adicionado representar o setor industrial, que apresentou importante queda conforme descrito anteriormente, essa região apresentou uma ampliação de importância relativa no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, quando a região passa de 14,66% para 15,98% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais. Essa ampliação se deve ao fato de se verificar uma ampliação do setor agrícola e de serviços, bem como de alguns setores industriais importantes como o de fumo e alimentício. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a metalurgia encolheu de 104,23 para 91,83; o têxtil, de 114,83 para 71,22; enquanto somente o setor alimentício se ampliou de 100 em 2012 para 107,93 em 2015.

4.6 Região Oeste

A Região Oeste é uma das menos relevantes para o estado, mas inclui importantes cidades, como Campo Belo, Divinópolis, Formiga e Oliveira. Conforme demonstrado na Tabela 5, apesar de ainda ter pouca expressividade, essa região demonstrou ampliação de importância no estado, alcançando 4,2% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a cerâmica, bebidas, calçados, minerais não-metálicos, têxteis e vestuário.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 8,33%
- Indústria: 23,46%
- Serviços: 48,84%
- Administração Pública: 19,37%

Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores sofreu redução, como apresentado nos casos das indústrias de bebidas, vestuário, têxtil e minerais não-metálicos. O desempenho relativamente melhor comparativamente a outras regiões se ancora, nesse sentido, nos quase 49% de valor adicionado do setor de serviços, que cresceu muito no período.

4.7 Região Noroeste

A região Noroeste é uma das mais pobres do estado, mas conta com os importantes municípios de Paracatu, Unaí, João Pinheiro, Buritis e Vazante. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a menos de 2% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão a produção de milho, feijão e pecuária, se consolidando como uma economia simples e basicamente primária.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 20,34%
- Indústria: 18,39%
- Serviços: 44,11%
- Administração Pública: 17,16%

Essa região apresentou estabilidade com uma ampliação muito pequena de importância relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, em que a região alcançou 1,91% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais em 2015. Essa ampliação do desempenho se deve ao fato de se verificar uma grande importância do agronegócio, sobretudo no ramo do milho, feijão e da pecuária nessa região, que foram ampliados no período. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores se ampliou, como apresentado nos setores anteriores, o que explica a pequena ampliação de importância da região, sem necessariamente significar um maior crescimento ou desenvolvimento via aumento da capacidade produtiva.

4.8 Região Norte

A Região Norte é uma das menos relevantes economicamente para o estado, mas inclui importantes cidades, como Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Januária, Bocaiúva, Salinas e São Francisco. Conforme demonstrado na Tabela 5, apesar de ainda ter pouca expressividade, essa região demonstrou ampliação de importância no estado, alcançando 4,13% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: a agricultura, a pecuária, a metalurgia, reflorestamento, têxteis e minerais não metálicos.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 8,04%
- Indústria: 16,44%
- Serviços: 45,24%
- Administração Pública: 30,29%

Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: redução nos setores da metalurgia, têxtil e minerais não-metálicos; e ampliação dos setores agrícola e da pecuária. O desempenho relativamente melhor comparativamente a outras regiões é curioso, uma vez que demonstra o dobro de participação da indústria comparado ao setor agrícola; mesmo com a redução no desempenho industrial, a região cresceu em importância, ancorado, no alto valor da participação do setor de serviços, que cresceu muito no período e do forte crescimento da pecuária.

4.9 Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais pobres do estado, mas conta com os importantes municípios de Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a pouco mais de 1% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão a agricultura e a pecuária, se consolidando como uma economia simples e basicamente primária.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 14,28%
- Indústria: 7,9%
- Serviços: 38,89%
- Administração Pública: 38,92%

Essa região apresentou estabilidade com uma ampliação muito pequena de importância relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, em que a região alcançou 1,34% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais em 2015. Essa ampliação do desempenho se deve ao fato de se verificar uma grande importância do agronegócio, sobretudo no ramo da agricultura e pecuária nessa região, que foram ampliados no período. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores se ampliou, como apresentado nos setores anteriores, o que explica a pequena ampliação de importância da região, sem necessariamente significar um maior crescimento ou desenvolvimento via aumento da capacidade produtiva.

4.10 Vale do Mucuri

O Vale do Mucuri é a região mais pobre do estado, contando basicamente com os importantes municípios de Nanuque e Teófilo Otoni. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a menos de 1% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão a agricultura, pecuária, mineração e extração de pedras preciosas.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 9,43%
- Indústria: 10,78%
- Serviços: 47,6%
- Administração Pública: 32,19%

Essa região apresentou estabilidade com uma ampliação muito pequena de importância relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, em que a região alcançou 0,98% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais em 2015. Essa ampliação do desempenho se deve ao fato de se verificar uma grande importância do agronegócio de Nanuque, sobretudo no ramo da agricultura e pecuária nessa

região, que foram ampliados no período. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores se ampliou, como apresentado nos setores anteriores, o que explica a pequena ampliação de importância da região, sem necessariamente significar um maior crescimento ou desenvolvimento via aumento da capacidade produtiva.

4.11 Vale do Rio Doce

O Vale do Rio Doce conta com os importantes municípios de Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena e Peçanha. Conforme demonstrado na Tabela 5, essa região corresponde a pouco menos de 6% do PIB total de Minas Gerais segundo os dados mais recentes, de 2015. Entre as principais atividades econômicas da região, estão: as indústrias de autopeças, têxtil, siderúrgica, alimentícia, celulose e mecânica pesada, agricultura, pecuária e reflorestamento.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro em parceria com o IBGE, a composição setorial do Valor Adicionado dessa região em 2015 foi de, aproximadamente:

- Agropecuária: 4,05%
- Indústria: 26,58%
- Serviços: 47,11%
- Administração Pública: 22,26%

Essa região apresentou uma estabilidade relativamente a outras regiões do estado no período, conforme apresentam os dados da Tabela 5, se mantendo em torno de pouco menos de 6% do Produto Interno Bruto total de Minas Gerais. Essa manutenção do desempenho se deve ao fato de se verificar uma heterogeneidade nos produtos dessa região, sendo balanceados entre a ampliação do setor agrícola e pecuário e principalmente de serviços, em contraposição à queda dos setores industriais relevantes para a região. Entre 2010 e 2015, a dinâmica econômica dos principais produtos e setores foi a seguinte: a siderurgia e os setores têxtil e de autopeças se reduziram; enquanto a produção agrícola, pecuária, e do setor alimentício se ampliou, enquanto os produtos da celulose se mantiveram relativamente os mesmos.

5. Conclusão

A análise de conjuntura econômica para os últimos anos no Brasil é extremamente pautada no contexto de crise socioeconômica e política que se instaurou no país principalmente desde o ano de 2013, mas que reflete uma tendência de desaceleração econômica de pelo menos 3 anos anteriores. Nessas condições, o desempenho econômico, que já seria baixo por advento do ciclo econômico de desaceleração, sofre um expressivo baque pela alta na incerteza, falta de confiança, falta de investimento, aumento no endividamento, nas taxas cambiais e em diversos outros indicadores da economia brasileira, culminando em resultados de recessão nos anos de 2014 e 2015. A partir do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff e posse de Michel Temer, em 2016, a economia passa a apresentar sinais de recuperação, sobretudo considerando-se os resultados fiscais e o Produto

Interno Bruto, que apesar de crescer pouquíssimo, reverte o quadro de recessão dos dois anos anteriores.

Apesar disso, o país continua a apresentar problemas crônicos de baixas taxas de investimento e vem apresentando uma redução no papel da indústria para a economia, em um processo de desindustrialização e reprimarização. Nesse contexto, o desempenho econômico torna-se ainda mais dificultado, ao passo que os bens primários possuem um valor agregado muito menor, bem como uma complexidade e efeitos com potencial de desencadeamento e geração de externalidades extremamente limitado comparativamente a bens de maior tecnologia.

Esse contexto é reproduzido em âmbito regional na análise de Minas Gerais, sendo que o comportamento das participações das mesorregiões do estado é emblemático nesse sentido. De modo geral, regiões majoritariamente agropecuárias e de atividades e setores econômicos mais primários vem apresentando ampliação na participação do Produto Interno Bruto de Minas Gerais nos últimos anos, em contraposição a uma perda de espaço de regiões com presença de importante polos industriais, a exemplo da própria região metropolitana de Belo Horizonte. Por fim, vale destaca um último fator emblemático, consolidado na atual importância do setor de serviços para a maioria das regiões de Minas Gerais, o que também pode ser ampliado para o Brasil; por várias vezes, esse setor é o mais relevante e sustenta o crescimento econômico de diversas regiões, o que atua em consonância com uma redução da importância da produção física no Brasil.